



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

APONTAMENTOS SOBRE A EXPANSÃO DE GRUPOS ESCOLARES E ESCOLAS RURAIS NA PARAÍBA (1951-1956)

Thais Gomes de Vasconcelos – UFPB
thais.vasconcelos@hotmail.com
Antonio Carlos Ferreira Pinheiro - UFPB
acfp@terra.com.br

Resumo:

A partir de 1930 até 1971 dois tipos de instituições de ensino primário existiram simultaneamente na Paraíba, a primeira é denominada a “Era das dos Grupos Escolares”, que deu início com a criação do primeiro grupo escolar, em 1916, denominado Dr. Thomaz Mindello e a segunda a “Era das Escolas Rurais” cujo surgimento nos parece iniciou-se a partir de 1930 (PINHEIRO, 2002). Considerando esses dois amplos movimentos muitas questões envolveram estas instituições desde a sua formação até os seus mais variados procedimentos pedagógicos que se efetivaram no seu interior. É aqui oportuno lembrar que se eles se diferenciaram de acordo com a política institucional e partidária que esteve vigente, tanto nacional como local. Mas, uma discussão que perpassou todas as referidas eras foi a problemática dos altos índices de analfabetismos, bem como o da expansão do ensino para alcançar “todas” as pessoas, (universalização). Partindo dessa constatação, este artigo busca fazer breves apontamentos sobre ambas as instituições e sua expansão no governo de José Américo de Almeida (1951-1956) e o ensino primário na Paraíba. Metodologicamente realizamos o levantamento de notícias sobre o tema no *Jornal A União* nos anos de 1951 a 1956 e o cruzamento bibliográfico e documental referente ao período de estudo. Para concluirmos, mesmo que provisoriamente, apontamos que houve várias construções de ambos os tipos de instituições e que segundo declaração de Anísio Teixeira, diretor do *INEP*, ao visitar a Paraíba em 1957, o Estado encontrava-se em posição confortável no campo das políticas educacionais do país no sentido de buscar caminhos para a superação do analfabetismo. Paralelamente também foram ofertados vários cursos destinados à formação de professores.

Palavras-Chave: Grupos Escolares, Escolas Rurais, Analfabetismo.

1.Introdução

O primeiro grupo escolar paraibano foi criado em 1916 e tinha por intuito romper com os antigos padrões educacionais que remetia a organização escolar e práticas pedagógicas que vinham desde o período imperial. Esse novo tipo de organização



escolar buscou preparar cidadãos amantes da ordem, além de contribuir no embelezamento e modernização da cidade. Tal instituição, que apresentou um crescimento permanente, se dividiu em dois momentos: o primeiro que vai de 1916-1929 e o segundo momento que tem início na década de 1930, que corresponde aproximadamente ao surgimento de uma política voltada para as escolas rurais na Paraíba. Sobre esse último tipo de instituição, vale ressaltarmos que passou por várias dificuldades para a sua implantação, pois ia além da simples construção de prédios escolares, mas perpassou, sobretudo, as precariedades na qual estava envolta o mundo rural.

O momento que surgiu a ‘era das escolas rurais’, corresponde historicamente a período denominado Era Vargas e conforme a historiografia é caracterizada por em três momentos: o governo provisório (ou revolucionário para alguns historiadores) (1930-1934), o constitucional (1934-1936) e o ditatorial (1937-1945). Em síntese, Getúlio Vargas ficou quinze anos no poder e quando o assumiu logo se deparou com um Brasil em processo de industrialização e com uma população que segundo Ghiraldelelli Jr. (2009, p.12).

[..] tinham aspirações que não mais eram submeter seus filhos ao trabalho comum, braçal. Eram pessoas que, não raro, até já estavam livres desse tipo de trabalho, e que queriam para os seus filhos a escolarização, pois sabiam que a escola estava se tornando um elemento central da vida urbana, formando os profissionais que iriam exercer cargos burocráticos e de manejo de algum ensino formal.

Getúlio Vargas não esteve desatento àquelas reivindicações e as necessidades mais imediatas do país, assim, junto com os seus ministros ele implantou profundas mudanças na organização escolar, utilizando-se de um grande aparato legal, publicando leis e decretos destinados ao campo educacional brasileiro. No entanto, todas as reformas implementadas continuaram a reforçar o grande dualismo educacional historicamente existente. Além de que com passar dos anos observou-se que tais medidas não atenderam a demanda desenvolvimentista do país e que se tornara cada vez mais populoso. Nas palavras de Romanelli (1986, p. 29):



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

[...] a partir de 1930, a expansão do ensino acabou por acentuar a defasagem entre a educação e desenvolvimento, por causa do ritmo e da caracterização da expansão da demanda, e ainda, por causa de fatores de ordem política e econômica. Isso se exprimiu, de um lado, pela falta de oportunidades educativas (defasagem quantitativa) e, de outro, por um desequilíbrio entre os produtos acabados fornecidos pela escola e as necessidades econômicas de qualificação de recursos humanos (defasagem estrutural).

Seja qual for a perspectiva adotada não podemos negligenciar que ocorreram políticas voltadas aos setores educacionais e na Paraíba desde o primeiro momento houve a preocupação com o ensino público. Para além dessas especificidades locais podemos destacar a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – *INEP*¹, que continuará sua atuação até os dias atuais.

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, fez com que a queda dos Estados totalitários refletisse na reivindicação pela volta da democracia. No entanto, por mais contraditório que possa parecer, houve grandes manifestações pela permanência do ditador Getúlio Vargas, mas por conta das injunções políticas desfavoráveis terminou por renunciar a sua candidatura para presidente, em 1946. Por eleição subiu ao poder Eurico Gaspar Dutra, que permaneceu até 1951, momento em que Getúlio voltou ao poder democraticamente.

Como dito acima, naquele ano de 1946 iniciou-se um novo momento, ou seja, o processo de redemocratização do Brasil, que foi marcado pela elaboração de uma nova constituição, aprovações de novas leis e articuladamente reforçou a relação entre Brasil e os Estados Unidos. Podemos dizer que naquele momento de transição verificam-se marcas de algumas *mudanças* e também de muitas *permanências*. Em relação ao primeiro aspecto verificamos, por exemplo, no âmbito da vida política a reorganização dos partidos políticos na Paraíba e no âmbito da educação a diminuição ou supressão de alguns decretos-leis que regiam o sistema educacional. Mesmo, assim, não é demais lembrarmos que naquele mesmo ano foram publicadas as Leis Orgânicas do Ensino Primário e do Ensino Normal, que haviam sido estruturadas em pleno regime ditatorial, conduzidas pelo poderoso Ministro da Educação Gustavo de Capanema.

¹Mais informações sobre a História do INEP, disponível em: <http://portal.inep.gov.br/institucional-historia>. Acessado em 14 de julho de 2015.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Ao mesmo tempo percebemos que no final da década de 1940, já se observa que os grupos escolares não conseguiram derrubar com os altos índices de analfabetismo no Brasil e na Paraíba. Nesse sentido, os administradores públicos começam a voltar de forma mais consistente para o mundo rural. Assim, segundo Pinheiro (2002 p. 216), “para superar a sombria situação da educação escolar no meio rural, apostou Dutra na eficácia da política de expansão das escolas rurais.” Dentre seus feitos está a criação das leis orgânicas de ensino, da qual há um avanço com relação ao ensino rural através do decreto lei 9.613 que instituiu a Lei Orgânica de Ensino Agrícola.

A década de 1950 foi marcada pelo impulso desenvolvimentista e nacionalista, e seus primeiros anos correspondeu a volta de Getúlio Vargas a presidência - (1951-1954), que desta vez não teria feito muitas coisas para o setor educacional, ficando assim a devendo muito, conforme observa Bomeny (s/a). Tal questão possui um certo teor de veracidade, pois ao analisar os discursos presidências de 1951-1954, observamos que a educação quase não foi tocada. Todavia, no que concerne ao ensino primário em nível nacional, aparecer apenas na Mensagem de 3 de outubro de 1953 afirmando que havia sido ampliado o Fundo Nacional do Ensino Primário e Normal.

No entanto, ao que se refere as especificidades da Paraíba a educação não foi tão negligenciada, uma vez que verificamos algumas conquistas, em relação ao ensino primário. Segundo estudo realizado por Pinheiro (2015, p. 4), “[...] até o ano de 1950, foram entregues, inclusive com o apoio de recursos federais, para a sua construção, mais de 38 grupos escolares e aproximadamente 82 prédios destinados ao funcionamento de escolas rurais.”

A partir dessa constatação procuramos a partir do intercruzamento das indicações bibliográficas e documentais nos determos na expansão a qual nos referimos acima, considerando as construções e inaugurações de escolas rurais e de grupos escolares, no período de 1951 a 1955, que corresponde ao governo de José Américo de Almeida.



2. Metodologia

Para realização deste estudo foi consultado o *Jornal A União* que se encontra no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP e Fundação Casa José Américo ambos localizados na cidade de João Pessoa – PB. Apesar de se constituir o Jornal oficial do Estado da Paraíba ele foi escolhido pela sua longa periodicidade e por ser o impresso que mais circulou também, por ser um dos mais lidos pela sociedade local.

Outro tipo de fonte que trabalhamos foram as mensagens presidenciais que se encontram publicadas na Série perfil parlamentares e organizadas por Maria Celina D' Araújo, considerando, especialmente, os discursos de Getúlio Vargas referentes ao período aqui em estudo.

Teoricamente nos apropriamos de alguns pressupostos interpretativos pensados por Gramsci (1992), especialmente no que concerne a ideia de *correlações de forças* que se estabeleceram na Paraíba, onde predominavam a política patrimonialista e clientelista. Associado a essa percepção também trabalhamos com as noções temporais relativas às *mudanças e permanências*, tão bem exploradas pelo Hobsbawm (1998).

No que concerne, especificamente, aos dois tipos de instituições escolares: grupos escolares e escolas rurais, tomamos de empréstimo a perspectiva analítica tecida por Saviani (2007, p. 4) ao afirmar que:

[...] além de ser criada pelo homem, a instituição apresenta-se como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente. Por isso a instituição é criada para permanecer.

Por fim, desejamos salientar que, aqui, tecemos algumas breves considerações e análise sobre a temática, conscientes da enorme complexidade política, social e cultural que envolveu aquele momento da história do Brasil e da sua história da educação.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

3. Resultados e Discussões:

A década de 1940 foi um momento de crise econômica por toda região nordeste, inclusive na Paraíba, devido à queda da produção algodoeira. Segundo Cittadino, (1998, p. 68). O Estado “vê, ao longo da década de 40 e 50, consolidar-se a sua divisão entre as áreas algodoeira-pecuária e açucareira”. Atrelada a essas circunstâncias, também uma nova cultura política começa a vicejar entre a elite econômica e, especialmente, política que foi a adoção do “populismo” que segundo a mesma autora não se tratava pura e simplesmente uma relação de “manipulação das massas”.

As eleições para governador de 1951 elegeu na Paraíba José Américo de Almeida que passou a observar a questão referente aos altos índices de analfabetismo. Portanto, era necessário investir na ampliação da oferta de grupos escolares, considerando, que aquele tipo de instituição escolar primária, era a que se encontrava mais preparada, físico-pedagogicamente falando, para romper e superar a vergonhosa situação escolar e educacional paraibana. Segundo Mello (1956, p.140),

Em sua administração foram concluídos doze grupos escolares e cento e trinta e cinco escolas rurais, iniciado no governo de Oswaldo Trigueiro. Construídos integralmente foram dezessete grupos e doze escolas rurais e, ainda iniciada a construção de sete grupos escolares.

Para tanto, ocorreram os seguintes investimentos, que apresentamos no quadro abaixo:



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Quadro 1

Construção de Grupos Escolares e de Escolas Rurais, por localidades

Situação	Grupos Escolares	Escolas rurais
Construção iniciadas na administração passada e concluídas na atual	GUARABIRA (Araçagi) – PRINCESA ISABEL (Tavares) – PATOS (Espinharas).	ALAGOA GRANDE (Caiana, Gurinhenzinho) – BANANEIRAS (Angicos, Dois Irmãos, Alagamar) – Bonito (Cedro) – CRUZ DO ESPIRITO SANTO (Gramame dos Bulhoes) – CUIITE (Campo Comprido Telha) – ESPERANÇA (Cinza) – INGÁ (Jurema, Cajá Gameleira) – JATOBÁ (Sítio Católe, Sítio Riacho) – MAMANGUAPE (olho Dágua do Serrão, Capela) – MONTEIRO (Queimada, Pindurão, Mulungú) – PATOS (Passagem, Santa Gertrudes) – PIANCO (Riacho do BOI, Socorro) – PICUI (Varzea Verde, Canoa de Dentro) – PRINCESA ISABEL (Lage, Jurú, Irerê, Belém) – SANTA LUZIA (Roça) – SAPÈ (Caruçú, Riacho da Serra) Soledade (Pendência, Ipueira) – São João do CARIRI (Gurjão, Mucuitú) – TAPEROÁ (Barra do Farias) – Teixeira (Mãe Dágua, Palmeiras).
Construções da atual administração: Concluídos	CAMPINA GRANDE (Séde) – JOÃO PESSOA (Ilha Índio Pirâmide) – TAPEROÁ (Livramento) – POMBAL (Condado) – SOUZA (Nazarezinho) – CAMPINA GRANDE (Fagundes).	CAMPINA GRANDE (Logradouro) – ITABAIANA (Camorim) – MAMANGUAPE (Pindombal) – POMBAL (Maniçoba) PATOS (Salgadinho) – CAIÇARA (Lagoa de Dentro) – SUMÊ (Amparo) – TAPEROÁ (Salgado)- TEIXEIRA (Mãe Dágua de Fora).
Construções da atual administração: Em fase de acabamento	BANANEIRAS (Borborema) CAIÇARA (Beém) – GUARABIRA (Mulungú) – ITABAIANA (Séde) – ITAPORANGA (são Boaventura) – PICUI (Pedra Lavrada) – SOUZA (Séde) – SANTA LUZIA (Junco)	GUARABIRA (Cultegi) – UMBUZEIRO (Jussaral).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Construções da atual administração: Em fase de acabamento Iniciados	CUITE (Barra de Santa Rosa) – CATOLÉ DO ROCHA – (Riacho dos Cavalos) – JOÃO PESSOA (Miramar, Cruz das Armas, Mandacaru) – ALAGOINHA (Sêde) – SOLEDADE (Juazeirinho) – SÃO JOÃO DO CARIRI (Congo) – CAIÇARÁ (Sêde) – CABACEIRAS (Boqueirão) – CAMPINA GRANDE (Puxinanã) – MONTEIRO (Sêde).	AREIA (Coelhos, Santo Antonio) – ITAPORANGA (Curral Velho, São José de Caiana) – Patos (São José da Batalha, Santa Rita, Belo Horizonte) – TAPEROÃ (Lagoa Queimada) – UMBUZEIRO (Gado Bravo, Mata Virgem, Mundo Novo) – BONITO – (Cácaus) PILAR (São José) – SUMÊ (Olho Dágua do Padre) – ANTENOR NAVARRO (Barrá de Juá) – ITABAIANA (Pernanbuquinho, Guarita) – CAJAZEIRAS – (Engenheiros Avidos) – POMBAL (Lagoa, Pereiros) – CONCEIÇÃO (Ibiara) – CAIÇARA (Duas Estradas) – MAMANGUAPE (Gurguri).
---	---	--

Fonte: Quadro elaborado a partir pelos autores a partir do documento intitulado: “Novo Panorama educacional e cultura da Paraíba”. (A União, de 31.01.1955).

Contabilizando esses dados, verificamos as construções de instituições primárias (grupos escolares e escolas rurais) que haviam sido iniciadas na administração anterior e concluídas na administração de José Américo: 3 grupos escolares e 38 escolas rurais. Todavia, considerando as construções iniciadas na gestão do próprio José Américo foram concluídos ainda no seu governo: 6 grupos escolares e 9 escolas rurais e se encontravam em fase de acabamento: 20 grupos escolares e 23 escolas rurais.

Os grupos e escolas e as escolas rurais acima listados foram patrocinados pelo INEP após ter sido assinados alguns convênios entre o referido órgão federal e o Estado da Paraíba. A partir de 1955, observamos, ainda, que o *INEP*, contribui bastante na construção de novos prédios escolares, que segundo Durmeval Trigueiro Mendes, Secretário da Educação e Cultura, o ensino primário da Paraíba recebeu, no último quinquênio o valor de: “... Cr\$ 13.634.000,00; devendo acrescentar a este total a importância de Cr\$ 650.000,00, destinada a aquisição mobiliário escolar. Ainda recebeu o Estado nesse período, verbas restantes de acôrdos celebrados antes de 1950, no montante de Cr\$ 7.429.577,40”. (MENDES, 1956, p. 6).

Para José Américo de Almeida, havia uma

importância fundamental do ensino primário, como fator de formação intelectual e humana, justifica o particular interesse que lhe vem consagrando o atual Governo, através de uma política inovadora que resultou vasta e profunda transformação de toda sua estrutura.” (ALMEIDA, 1955, *Apund*, LEITÃO, p. 63).



Voltando aos primeiros quatro anos de governo de José Américo, é interessante ressaltarmos que alguns outros prédios escolares, especialmente os grupos escolares, receberam, também, contrapartidas de recurso do governo estadual paraibano. Entre eles os de “Aparecida (em Souza), Tacima (Araruna), Patos, Araçagi, Baia da Traição, Ilha Índio Piragibe (Capital), Pirpirituba, D. Moises, Livramento (Taperoá)”. (PARAÍBA, ESTADO da. 31.01. 1955, p. 5).

Outro aspecto que consideramos aqui relevante assinalarmos é que paralelamente ao processo de expansão de grupos escolares e de escolas rurais também foram realizados cursos de orientação educacional visando a formação do professorado com novos métodos de ensino, considerando, por exemplo, os conteúdos que deveriam ser trabalhos na cadeira de higiene rural.

Por fim, segundo Leitão (1987, p. 66), ao se referir a visita de Anísio Teixeira, diretor do *INEP*, fez a Paraíba em 1957, destaca que o mesmo havia declarado que “o Estado estava colocado em posição de vanguarda no campo educacional do país.”

Considerações Finais

O governo de José Américo encontrou uma série de desafios no âmbito educacional a serem enfrentados, entre eles, os altos índices de analfabetismo e, portanto mais relacionados ao próprio ensino primário, além da necessidade de qualificar ou requalificar o professorado público. Assim, como uma das marcas de *permanência* das políticas educacionais iniciadas desde os anos de 1930 até o final dos anos de 1950 foi a construção, recuperação de grupos escolares. Como algo mais próximo de uma *mudança*, consideramos a percepção dos administradores públicos sobre as necessidades mais amplas da educação na Paraíba, voltando o seu “olhar” mais atento para o mundo rural.

Evidentemente, que a pauta das necessidades educacionais era muito mais ampla, todavia, aqui procuramos nos deter no processo de expansão escolar, tanto no



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

meio urbano, representado pelos grupos escolares, quanto no meio rural, representado pela criação de escolas rurais.

Referências:

- BOMENY, Helena. **E ele voltou... o segundo governo Vargas: A educação no segundo Vargas**. Rio de Janeiro, RJ: FGV CPDOC. s/a. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/ElVoltou/Educacao>. Acesso 14 de julho de 2015.
- CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado (1945-1964)**. João Pessoa, PB: Universitária/Ideia, 1998.
- D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). **Getúlio Vargas, 1883-1954**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2011. (Edições Câmara, Série perfil parlamentares; nº 62).
- GRAMSCI, Antonio. **Gramsci: poder, política e partido**. 2ª ed. Tradução de Eliana Aguiar e organização de Emir Sader. São Paulo, SP: Brasiliense, 1992.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira: da colônia ao governo Lula**. 2 edição. Barueri, SP: Manole, 2009.
- HOBBSAWM, Eric. **Sobre história: ensaios**. Tradução de Cid Kniple Moreira, São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.
- INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/institucional-historia>. Acessado em 14 de julho de 2015.
- LEITÃO, Deusdedit. **O ensino público na Paraíba**, João Pessoa, PB: Governo do Estado da Paraíba / Secretaria de Educação, 1987.
- MELLO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1956.
- MENDES, Durmeval Trigueiro. O ensino primário na Paraíba. In: PARAÍBA, ESTADO da. **Jornal A União**, de 20.09.1956. p. 2-6.
- PARAÍBA, ESTADO da. Novo Panorama educacional e cultura da Paraíba. In: **Jornal A União**, 31.01. 1955.
- PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas á era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.
- _____, Educação, modernização e desenvolvimento na Paraíba (1950-1954). In: **VII Congresso Brasileiro de História da Educação**. Universidade Estadual de Maringá, 2015. p. 1 – 12.
- ROMANELI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil 1930/1973**. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- SAVIANI, Demerval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval. (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 3 - 27.